

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2002

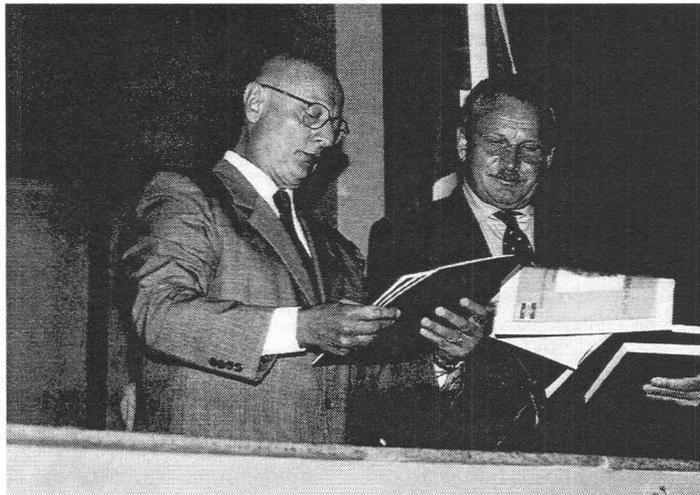
Ano 4 Nº 85

Amin apresenta mensagem anual à Assembléia

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Autoridades dos três poderes constituídos prestigiaram na última sexta-feira (15) a sessão solene de instalação da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura, comandada pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). Na oportunidade o governador Esperidião Amin relatou as ações do Executivo em 2001. A recuperação do crédito internacional permitiu empréstimos na ordem de 236 milhões de dólares, empregados, entre outros projetos, no programa de Microbacias II, saneamento ambiental e infraestrutura de transportes rodoviários.

Os investimentos de três grandes conglomerados econômicos chegaram a R\$ 1,5 bilhão, enquanto o incremento do segmento energético fez o Estado se transformar de importador em exportador de energia. Os agronegócios foram ampliados em 51% de 2000 para 2001 com a abertura do mercado europeu e a manutenção da zona livre de febre aftosa sem vacinação. O intercâmbio com a China, Índia e os países do Oriente Médio



Governador e Presidente da Assembléia

também foi lembrado, além da geração de oportunidades no campo em programas como o troca-troca. No combate à pobreza, Amin falou do programa de inclusão social, com medidas compensatórias para desenvolver municípios pobres.

Na educação anunciou que o Estado será o pioneiro na universalização do ensino médio, criando 300 mil vagas este ano para alunos de 15 a 17 anos. Na saúde citou a descentralização dos serviços de alta complexidade, principalmente no interior. Amin demonstrou preocupação

com dois temas relacionados à União: previdência do servidor e segurança pública. Pregou que a segurança deve ter recursos vinculados no orçamento, pela via constitucional, como saúde e a educação.

Na ocasião o presidente Agostini ressaltou que os deputados vão analisar a mensagem anual, principalmente neste período de ameaça à paz mundial, aumento da criminalidade e de grave crise econômica na Argentina, com efeitos ruins para o Brasil. Disse que os parlamentares mantêm a

transparência através do acompanhamento de suas ações pelos meios de comunicação e pela Internet.

Comissões Técnicas

Ficou para a próxima semana, a partir da terça-feira, a definição dos nomes que vão integrar as dez comissões permanentes e a comissão temporária que trata do Mercosul. O fato, entretanto, não impede o andamento dos trabalhos, pois serão mantidos os mesmos membros, até a definição final. São nove deputados que integram as Comissões de Justiça e de Finanças, sendo que cinco vagas estão reservadas aos partidos da ala governista (PPB, PTB, PSDB, PL e PFL) e quatro aos demais partidos de oposição (PMDB, PT, PDT e PPS). As outras comissões são constituídas por sete integrantes. O menor número de vagas - três - pertence à base governista e as outras quatro devem ser ocupadas pela oposição.

As presidências das duas comissões mais cobiçadas, Justiça e Finanças, estão acertadas. Uma ficará com o PPB e a outra com o PFL, por deliberação dos líderes das bancadas.

CPI do Roubo de Cargas será instalada na próxima semana

A instalação da CPI para investigar o roubo de cargas e de veículos em Santa Catarina ficou transferida para a próxima quarta (27).

Para o deputado Manoel Mota (PMDB), autor do requerimento que deu origem à CPI, esse é um assunto que merece investigação minuciosa, pois a criação da comissão é um antigo pedido do Senado e da Confederação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina. "É muito grande o número de casos envolvendo roubo de cargas e de veículos no Estado, além do seqüestro de motoristas", disse o parlamentar, que espera providências das autoridades para pôr fim a um negócio ilegal que chega a movimentar por ano cerca de R\$ 1 bilhão, sendo o Sul do Estado a região com o maior número de casos.

Integram também a comissão os deputados Valmir Comin (PPB), Nelson Goetten (PPB), Romildo Titon (PMDB), Clésio Salvaro (PFL), Nilson Gonçalves (PSDB), Jaime Mantelli (PDT) e Jaime Duarte (PPS).

OPINIÃO

Um basta à violência



No último sábado (16), no município de Frei Rogério, o Governador instituiu as segundas quartas-feiras de cada mês como dias catarinenses da Paz, com atividades nas repartições públicas, principalmente nas escolas estaduais e presídios. A iniciativa é extremamente oportuna no momento em que presenciamos os estúpidos ataques terroristas, e o aumento do índice de criminalidade no mundo, nos maiores centros urbanos do País e no nosso

Estado, um território abençoado pela natureza. Mas, a tranquilidade que sempre desfrutamos vem sendo ameaçada dia-a-dia, com os altos índices de criminalidade em todas as regiões catarinenses. Estamos assistindo atônitos ao aumento da violência que, a passos galopantes, avança contra nós inexoravelmente.

A evolução do crime revela também a fragilidade do Estado diante da brutal engenhosidade dos criminosos que, em muitos casos, amparados na justificativa da desigualdade social permitem o afloramento do que existe de mais sombrio na índole humana - a prática da barbárie física ou psicológica. Com astúcia os líderes do crime organizado foram se equipando e agregando pessoas que, marginalizadas e sem perspectivas de vida digna perdem o norte, se tornam vulneráveis e aderem à prática do crime como meio de subsistência. Esta é uma questão social, que exige ações urgentes e eficazes.

A população aterrorizada clama por ações radicais como a pena de morte e a prisão perpétua para crimes hediondos. São clamores compreensíveis de um povo acuado diante da ousadia dos bandidos. A ação das gangues torna-se, cada dia, mais violenta. Assaltam à luz do dia. Tornaram-se frequentes a abordagem de adolescentes por outros adolescentes que exigem a entrega de objetos de valor material ou estimativo, sob ameaças e todo o tipo de intimidação. Os assaltos acontecem muitas vezes nas saídas de colégios, que devem ser mais policiadas porque esses pequenos delitos deixaram de ser fatos isolados para se tornarem rotineiros. É de conhecimento público. Além do risco dos adolescentes temos que pensar que os jovens delinquentes de hoje poderão se tornar, no futuro, criminosos de alta

periculosidade.

Os sequestros tornaram-se frequentes. Os arrombamentos, de todos os tipos e dimensões, acontecem em todo o Estado, muitas vezes à luz do dia, como se os bandidos não temessem a ninguém. Eles se acham poderosos. Suas armas são sofisticadas. Enfim, estamos assistindo atônitos e impotentes à banalização da violência e à perda de nosso direito de ir e vir com segurança. A violência também está presente no trânsito. As rodovias - principalmente o trecho Sul da Br 101- tornaram-se palcos sangrentos de tragédias. Um violento desrespeito à vida.

A situação requer decisões equilibradas por parte do Estado, que ainda conta com a confiança da população e deve corresponder com medidas concretas, fortes e eficazes. Os governos têm solicitado a participação da sociedade no enfrentamento à violência mas, temos que considerar que os cidadãos pagam seus impostos e esperam a contrapartida, além de já arcarem com a responsabilidade de protegerem suas famílias. Os mais abastados contratam firmas de segurança e blindam seus carros. Quem não pode tenta se proteger atrás de grades ou muda os hábitos.

Como parlamentar acredito que chegou o momento de desencadear um amplo movimento, a partir da união dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para desbaratar as gangues e impedir que o crime tome conta de nosso Estado e desse País.

Modificar o código penal. Banir - e não apenas punir - das corporações os policiais criminosos. Oferecer mecanismos para agilizar a investigação por parte do Ministério Público são ações imperiosas e urgentes visando resgatar a credibilidade das instituições e garantir a tranquilidade da sociedade. Desencadear ações voltadas ao trato social, dignificar os salários e respeitar os direitos humanos também são fundamentais para evitar o estímulo à prática do crime.

Rever a política do cárcere é outra ação emergencial, já que as cadeias públicas superlotadas em nada recuperam, pelo contrário, tornam-se depósitos de pessoas ociosas e escolas de marginais.

Vale ressaltar que o caos que estamos presenciando reflete a desordem e o desrespeito aos princípios básicos como saúde e educação, dentre outros requisitos indispensáveis ao exercício de cidadania. Por isso a união de forças de todos os Poderes constituídos é imperiosa.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

onofre@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Neuza Cunha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Retratos de Santa Catarina

Santo Amaro da Imperatriz estreou na Assembléia o projeto Retratos de Santa Catarina/2002, que já contemplou outros municípios do Estado, tendo sido apresentado no período de recesso parlamentar no Parque de Exposições da Santur, em Balneário Camboriú

(foto Jonas Lemos Campos)

Dando sequência em 2002 ao Projeto Retratos de SC, idealizado pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), para revelar as características econômicas e culturais dos municípios catarinenses, a comunidade de Santo Amaro da Imperatriz prestigiou nessa quarta-feira (20), às 19h30min, a apresentação de grupos artísticos e a abertura da exposição dos produtos do município da Grande Florianópolis. Na oportunidade o prefeito Nelson Izidoro da Silva



Vice-prefeito Adelmo de Souza, prefeito Nelsinho e deputado Onofre

(PTB) lançou a 10ª edição da Festa Estadual do Milho Verde, que será realizada nos dias 1º, 2 e 3 de março, além do 3º Motaço – Encontro Sulbrasileiro de Motociclismo, de 22 a 24 de março. Presentes também à solenidade os deputados João Henrique Blasi (PMDB) e Sandro Tarzan (PPB).

Nelsinho ressaltou o grande potencial de Santo Amaro na área turística, citando alguns parceiros do setor, destacou a importância da agricultura na economia e lembrou que o município possui a primeira fonte termal do país, além de ser estratégico para a região pois abastece de água 1 milhão de pessoas. Falou das

potencialidades da cidade na prática de esportes radicais, como rafting, rapel, vôo

alemães, açorianos e a corte formada pela imperatriz e o imperador.

Edição de verão

Durante o recesso parlamentar a Assembléia manteve o Projeto Retratos de Santa Catarina com apresentações acontecendo no pavilhão da Santur, em Balneário Camboriú, aproveitando a temporada de verão para que, tanto os catarinenses quanto os turistas de outros estados e países, pudessem conhecer um pouco da história e cultura do povo de Santa Catarina, sua arte, culinária, hábitos e costumes através de alguns municípios.

A última cidade a se apresentar na Santur nessa terça-feira (19) foi Agrolândia, ocasião em que foi efetuado o lançamento das três festas tradicionais do município: da Colheita, do Suíno Light e do Tiro.

Nos meses de janeiro e fevereiro estiveram presentes em Balneário Camboriú os municípios de São Joaquim, divulgando a Festa Nacional da Maçã, e Blumenau com o lançamento da mais tradicional de suas festas, a Oktoberfest 2002. Joaçaba teve a oportunidade de apresentar seu carnaval e Joinville o Festival de Dança. Já Gaspar divulgou seus parques aquáticos e sua gastronomia com especialidades em geléias e biscoitos, enquanto Ituporanga lançou oficialmente a Festa da Cebola e Criciúma a Festa das Etnias.

Exposição – A Assembléia ainda promoveu de 4 a 13 de fevereiro, em conjunto com a Associação Empresarial dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina (Assefop) e a Associação Blumenauense dos Artistas Plásticos (Bluap), a V Exposição Foto Arte, também no pavilhão de eventos da Santur.

Vítimas da bomba de Nagasaki

Acompanhando o governador Esperidião Amin (PPB), o presidente Onofre Agostini esteve no último sábado (16) no município de Frei Rogério, distante 30 km de Curitiba, onde vivem sete sobreviventes da explosão da bomba em Nagasaki, no Japão. Eles vieram para Santa Catarina na década de 60, atraídos pelo clima e pelo solo da região.

Onofre e Amin participaram das solenidades que dão início à colheita da pêssego japonesa, produzida, em sua maioria, pelos familiares dos sobreviventes do

holocausto ocorrido em 9 de agosto de 1945. A produção artesanal de 500 toneladas/ano é comercializada em todo o país, sendo considerada mais saborosa que a pêssego produzida no Japão.

Através da assinatura de um convênio com o governo do Estado, os moradores estão empenhados na construção do Parque Sino da Paz – um monumento dedicado às vítimas do holocausto. O sino, doado pelo governo japonês, foi o que restou de uma das igrejas de Nagasaki. O parque deverá ser inaugurado no dia 9 de agosto.

COMISSÕES

Lançado informativo sobre os combustíveis em SC

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Edição esclarece sobre preços, forma de pagamento e qualidade dos combustíveis

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, deputado Jaime Duarte (PPS), lançou um informativo sobre os preços dos combustíveis no Estado. O material, que tem como objetivo alertar para os direitos do consumidor e as obrigações dos donos dos postos, é resultado de uma audiência pública da comissão



Audiência da comissão em janeiro

que debateu a variação dos preços.

Distribuído nos postos de combustíveis, apresenta noções sobre a formação do preço final do produto, que vai desde a extração da matéria prima, produção na refinaria, distribuição e venda ao consumidor. “Quanto mais a pessoa conhecer, mais vai poder exigir respeito”, avaliou Duarte.

O informativo alerta para a combinação

de preços, as formas de pagamento (moeda corrente, cartão de crédito ou cheque bancário) e a qualidade do produto. A responsabilidade dos governos (federal e estaduais) na redução de preços, como o anúncio de 20% feito pelo governo federal no início do ano, também está no material.

“A resistência dos donos de postos de combustíveis a baixar os preços ao

consumidor e a denúncia sobre formação de cartel levou-nos a convocar uma reunião em pleno recesso parlamentar”, explicou. Segundo o parlamentar, era necessário que houvesse um esclarecimento à opinião pública e um compromisso por parte dos proprietários para uma solução.

Além dos deputados Rogério Mendonça (PMDB), Nelson Goetten (PPB), João Henrique Blasi (PMDB) e do presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), participaram da audiência o secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, representantes do

Ministério Público, Polícia Federal, Procon, Sindipetro, Sindicato do Comércio Varejista e dezenas de donos de postos de combustíveis.

No final do encontro foi formado um grupo de trabalho para acompanhar, junto à Secretaria da Fazenda, a base de cálculo do ICMS em relação aos combustíveis. Este imposto é um dos principais componentes do preço final do produto. Na composição também incidem os tributos federais.

CPI do Leite retoma trabalhos

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), retomou nessa terça-feira (19) as atividades que foram desenvolvidas durante o ano passado. A CPI investiga questões como a baixa remuneração paga aos produtores, a cartelização dos supermercados na venda do produto e o monopólio da embalagem do leite longa vida.

Segundo Sopelsa, os trabalhos serão prorrogados por mais 60 dias e a intenção dos deputados é ouvir novamente todas as pessoas que prestaram informações na primeira fase. “Acreditamos que nossas conquistas serão



Deputados membros da CPI

maiores nesta nova etapa”, declarou, referindo-se principalmente à movimentação política em todos os Estados onde a

comissão é desenvolvida.

No final do ano passado parlamentares de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás reuniram-se em Belo Horizonte onde implantaram o Fórum Permanente das CPIs do Leite, atuando em conjunto na busca de soluções para o setor. Dentro do

calendário de atividades da CPI está prevista uma nova reunião desse fórum, com local e data ainda a serem definidos.

Lício é o relator da CPI dos Contratos

Aprovada e instalada em dezembro, a CPI dos Contratos vai investigar o Edital 142/01, relativo às obras na BR-282, os acordos entre a Cidasc e a Operadora Inlogs – referente ao Porto de São Francisco do Sul – e as contratações realizadas por tempo determinado pela Secretaria de Saúde, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), escolheu nesta terça-feira (19) como relator o deputado Lício Mauro da Silveira (PPB).

A reunião também definiu que os deputados Afrânio Boppré (PT) e Jaime Duarte (PPS) serão os sub-relatores das obras da BR-282 e do contrato da Cidasc com a operadora, respectivamente. A CPI tem o prazo de 90 dias para concluir os trabalhos. Completam a comissão os deputados Júlio Garcia (PFL), Sandro Tarzan (PPB) e Ronaldo Benedit (PMDB).

(foto Jonas Lemos Campos)

PLENÁRIO

Deputados iniciam votações plenárias

**Vetos pendentes
são apreciados**

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Na primeira sessão plenária do ano, ocorrida nessa terça-feira (19), os parlamentares iniciaram as votações com apreciação de vetos. Dos quatro analisados apenas um foi rejeitado e trata de projeto governamental que modifica a lei da diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2002. Os artigos vetados, acrescidos por emendas de parlamentares, alteram o percentual do repasse ao Ministério Público de 2,5% para 2,8% e revogam o inciso da mesma lei que diz que "não poderão ser destinados recursos para atender despesas com clubes, associações de servidores e quaisquer outras entidades congêneres, excepcionadas as creches e escolas para o atendimento pré-escolar".

Mantidos – No entanto os parlamentares mantiveram veto parcial ao projeto do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que denomina *Rota da Truta* o trecho compreendido entre Lages e Bom Jardim da Serra até o limite superior da Serra do Rio do Rastro. O veto é relativo ao artigo que determina que órgão competente colocará em todo circuito placas indicativas da denominação oficial.



Sessão plenária movimentou os líderes das bancadas

Foi mantido também veto total ao projeto governamental que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual 2000/2003 da Secretaria da Agricultura, onde se concedeu, através de emenda, anistia de dívida dos agricultores familiares.

Ainda mantido o veto total a projeto do deputado João Rosa (PTB) que autoriza o Poder Executivo a implementar ações para

o uso adequado das radiações ionizantes, com a instituição de um programa de controle de qualidade em proteção radiológica, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Dívidas do Estado

Foi aprovado Projeto de Lei Complementar 31/01, do líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), determinando que dívidas do Estado com as fundações municipais de educação superior sejam quitadas mediante a transferência de bens imóveis de sua propriedade, sem prejuízo do artigo 47 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. Este dispositivo determina que, no mínimo, 50% do montante de recursos devidos pelo Estado às fundações seja aplicado na concessão de bolsas de estudo para o pagamento de mensalidades.

Desmanche de veículos em Tubarão

A deputada Ideli Salvatti (PT) requereu ao governador e ao secretário da Segurança Pública esclarecimentos e documentos sobre o desmanche de veículos em Tubarão. Indaga se nas investigações dos roubos de caminhões, máquinas e veículos importados, com ocorrência de morte, bem como o desaparecimento de um Policial Civil do município de Sangão, ocorrido recentemente, que estava investigando o roubo de cargas na região, têm alguma vinculação com o desmanche.

Quer saber se as pessoas envolvidas com o caso e, que se encontram presas, têm relação de parentesco com Adilson Misfield, ex-secretário de Finanças de Tubarão, ou com Júlio Arantes, ex-delegado regional da cidade. Pede ainda informação se Arantes tem parentes

trabalhando no Detran/SC ou na Polícia Civil e, se nas investigações, os compradores dos veículos comercializados pela empresa envolvida no desmanche estão comprovando, de forma documental, o pagamento dos mesmos.

Funcionamento da Celesc

Pedido de informação do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador indaga sobre a política de atendimento aos usuários da Celesc após a implantação da nova sistemática de funcionamento da empresa.

Quer saber se será mantido ou reestruturado o atendimento aos consumidores através das agências e lojas; quantos postos de atendimento operaram em 2001 e em quantos municípios; durante 2000 e

2001 quantas agências e postos de atendimento foram abertos ou fechados; se ocorrerá alguma modificação nesses serviços de atendimento ao consumidor e, em caso positivo, relacionar as mudanças; se existe algum projeto administrativo em elaboração de mudança no sistema de atendimento dos consumidores do setor e, em caso positivo, detalhar o projeto e as alterações pretendidas.

PLENÁRIO

Habitações populares

A deputada Odete de Jesus (PL) apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a utilizar a madeira apreendida no Estado para a construção de habitações



populares. Esta madeira só poderá ser utilizada após ultrapassados os graus de recurso e incorporada ao patrimônio do Estado ou através de acordo com a parte. O aproveitamento previsto pelo projeto será implementado por órgão do Poder Executivo, após avaliação das condições técnicas para utilização dos

produtos apreendidos e da formalização dos projetos de construção das habitações.

O interessado em participar do programa utilizando madeira apreendida deverá, entre outros aspectos, possuir renda familiar mensal de até cinco salários mínimos e residir em Santa Catarina há mais de dois anos. O artigo 4º do projeto diz que “terão preferência na concessão dos benefícios desta lei as mulheres chefes de família”. Estabelece, ainda, que o governo do Estado poderá firmar convênios com as prefeituras municipais para execução da lei.

Odete salienta que, na maioria das vezes, a madeira apreendida se deteriora em depósitos, enquanto aguarda uma solução para o seu destino. Entende que o projeto dará ao Poder Executivo mais um mecanismo no combate à demanda existente no atendimento de moradias para as famílias de baixa renda.

Alimentação escolar

Projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB) que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais do Estado, aprovado no final do ano passado, agora já é lei. Segundo o parlamentar é uma grande conquista, pois trata-se de um avanço no aprimoramento e aperfeiçoamento da qualidade nutricional dos alimentos disponibilizados aos estudantes catarinenses.



Os serviços de lanches e bebidas nas escolas públicas e privadas que atendam a educação básica deverão obedecer a padrões de qualidade. A nova lei proíbe a venda de bebidas alcoólicas, balas, pirulitos, gomas de mascar, refrigerantes, sucos artificiais, com exceção dos dietéticos, salgadinhos industrializados, salgados fritos e pipocas industrializadas. O estabelecimento deverá colocar ainda à disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais.

“A adequação das cantinas escolares a esta lei privilegiará não só a educação nutricional das crianças, mas também um novo conceito de saúde/alimentação nos pais e adultos, e estes contribuirão para que o futuro das mesmas seja calcado numa melhor qualidade de vida”, falou Jorginho.

Aposentadoria, salários e unificação das polícias

Projeto de lei que trata da aposentadoria dos policiais civis foi apresentado pelo deputado Heitor Sché (PFL). A matéria prevê as aposentadorias compulsória, proporcional, aos 65 anos de idade e voluntária com proventos integrais, independente da idade. Esta última, após 30 anos de contribuição, sendo pelo menos 20 desses no exercício estritamente policial, para os homens, e 25 anos de contribuição para as mulheres, com 15 na função.

“A proposta é necessária para manter o princípio de isonomia, face ao tratamento

diferenciado aplicável entre os homens e mulheres servidores públicos, e coloca a Lei Estadual em sintonia com a legislação nacional”, diz Sché.

Salários – Medidas urgentes para oficialização do salário dos delegados de polícia, que se encontra *sub-judice* no Supremo Tribunal Federal estão sendo solicitadas ao governador. Explica que os delegados estão recebendo o salário há mais de quatro anos por decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.



Sché também solicita que o Executivo envie à Assembléia

projeto de lei para regularizar os salários da Polícia Civil, com a incorporação das vantagens e gratificações aos vencimentos, implantando a chamada *Escala Vertical*.

Unificação – Ao senador Jorge Bornhausen (PFL) o parlamentar está requerendo apoio ao projeto de lei que prevê a unificação das Polícias Civil e Militar, em tramitação no Congresso. O deputado entende que a medida se justifica pois sem a unificação não se conseguirá mudar a grave crise instalada na segurança pública do país e, também, no Estado.

Estoques de milho

O fornecimento com antecedência dos estoques reguladores de milho do governo federal para os produtores de suínos, especialmente do Alto Vale do Itajaí, foi solicitado através de moção do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao presidente da República e ao ministro da Agricultura. “A estiagem verificada no Estado recentemente provocou uma quebra na safra de milho, que é insumo básico para a produção suínfcola. De acordo com as estimativas sobre a demanda do milho, será necessário a importação de um milhão de toneladas do produto para satisfazer as necessidades internas. No caso dos suinocultores do Alto Vale a situação é bastante complicada, uma vez que não cultivam milho suficiente para manter os seus plantéis e dependem da oferta do mercado”, explicou Mendonça.

Notas fiscais do produtor

Em tramitação projeto de lei do deputado Manoel Mota (PMDB) que dispõe sobre a emissão de talão de notas fiscais do produtor em nome da família. De acordo com a proposta, no cadastramento do produtor rural junto ao órgão competente do governo do Estado será emitido o talão de notas fiscais do produtor, sendo cadastrado aquele que possuir o título de domínio, a concessão de uso ou arrendamento da terra ou qualquer direito real sobre ela incidente.

Depois de cumprida essa determinação, poderão ser inscritos os maiores de 16 até 20 anos, desde que assistidos pelos pais ou responsáveis legais. O titular poderá cadastrar como produtores o cônjuge, o convivente, os filhos e os ascendentes que desenvolvam atividades de exploração agrícola ou agropecuária em regime de economia familiar, em conjunto com os titulares.

Ressonâncias magnéticas

Proposição apresentada pelo deputado Clésio Salvaro (PFL) no ano passado, solicitando ao governador e ao secretário da Saúde o aumento do teto de ressonâncias magnéticas para Criciúma, já começou a ter efeitos concretos. O secretário João José Cândido anunciou nesta semana que nos próximos meses a população da Associação dos

Municípios da Região Carbonífera (Amrec) e da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc) já poderão usufruir dos benefícios.

Salvaro enfatiza que os pacientes das duas regiões serão atendidos com mais conforto, evitando despesas com transportes, alimentação e estadia no deslocamento para a Capital.

Farra do boi

Autor de três projetos de lei regulamentando a farra do boi, dois rejeitados pela Assembléia em 1992 e 1995 e o último apresentado em 1999, aprovado mas vetado pelo governador como inconstitucional, o deputado Adelor Vieira (PMDB) continua preocupado com essa prática que acontece no litoral catarinense na semana santa.

Através de indicação, o parlamentar está pedindo ao governador, ao secretário da Segurança Pública e ao comandante geral da Polícia Militar o aumento do contingente de policiais “para orientar, fiscalizar e manter a ordem pública”.

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER pedindo a instalação de lombada eletrônica no trecho Vila Rica à Estação Cocal, na rodovia Genésio Mazon, em Morro da Fumaça.

Deputados Adelor Vieira (PMDB) e **Antônio Aguiar** (PFL) ao secretário dos Transportes solicitando a instalação de lombadas eletrônicas na rua Pedro Flores, Avenida Rigesa e na BR-280, em Três Barras.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador do Estado requerendo viaturas para atender as unidades da Polícia Civil que atuam nos municípios de Vitor Meireles e Chapadão do Lageado.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando a continuação da iluminação na Serra do Rio do Rastro, entre o distrito de Guatá até o final da pista asfáltica, em Lauro Müller.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) à Anatel, ao coordenador do Fórum Catarinense em Brasília e ao secretário do Mercosul registrando a precariedade do sistema de telefonia fixa de Guarumirim.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador e à secretária da Educação requerendo a realização de estudos para implantar o Centro de Educação Profissional – Cedup – em Içara.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Tangará pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador e secretários de Estado solicitando melhorias para Indaial, nas áreas de saúde, segurança e obras de infraestrutura.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Xaxim cumprimentando pela passagem do 48º aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente da Telesc Brasil Telecom solicita melhorias na área da telefonia para Guarumirim, Indaial e Três Barras.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao presidente da Ferrovia Tereza Cristina solicitando a implantação de semáforos ferroviários em diversas passagens de níveis em Morro da Fumaça.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário da Saúde pedindo a liberação de recursos para o Hospital de Caridade São Brás, de Porto União, adquirir materiais e medicamentos.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador pedindo a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica do trecho interno da rodovia que liga Agronômica, Rio do Sul e Lontras.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao governador e ao comandante geral da PM solicitando que sejam abertas mais vagas para o ingresso no policiamento militar feminino em Criciúma.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) à direção da Telesc Brasil Telecom solicitando a instalação de telefones públicos em várias localidades de Três Barras.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador, ao secretário dos Transportes e ao diretor DER solicitando a recuperação asfáltica do trecho que liga Criciúma a Orleans, na SC-446.

Deputado Valmir Comin (PPB) à secretária da Educação solicitando a construção de uma quadra esportiva coberta na Escola de Educação Básica Natálio Vassoler, em Forquilha.

Deputado Jorginho Mello (PSDB) ao presidente da AL solicitando convocação dos coordenadores regionais da Fatma para buscar soluções imediatas quanto a poluição das praias do litoral catarinense.

Deputado Jorginho Mello (PSDB) ao presidente da AL solicitando convocação dos coordenadores regionais da Fatma para esclarecer, discutir e buscar soluções imediatas para a poluição das praias do litoral catarinense.

GERAL

Esquadrão Phoenix comemora 20 anos

Atendendo proposição de vários parlamentares, a Assembléia realizou nessa quinta-feira uma sessão solene, pelo 20º aniversário de instalação do Segundo Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação - *Esquadrão Phoenix*.

Trata-se de uma organização militar integrante do Comando da Aeronáutica, unidade criada especificamente para Florianópolis, subordinada para fins operacionais ao Comando da Segunda Força Aérea, com sede no Rio de Janeiro e vinculada, para fins administrativos, ao

Comando da Base Aérea de Florianópolis e que vem prestando relevantes serviços aos catarinenses.

O Esquadrão Phoenix integra-se à sociedade por sua presença marcante nas missões de salvamento, de localização de naufrágios e embarcações à deriva, atuação em defesa da ecologia identificando vazamentos de óleo no Oceano Atlântico, acompanhando o curso das baleias francas no litoral e orientado medidas de proteção ao meio ambiente e à preservação da fauna marinha.

Boppré é o novo líder do PT

O deputado Afrânio Boppré assumiu a liderança da bancada petista na Assembléia, em substituição à deputada Ideli Salvatti. A escolha se deu por consenso de todos os parlamentares da bancada e com a participação da Executiva do partido.

Boppré entende que sua principal tarefa, como líder petista, será acompanhar e fiscalizar as ações políticas públicas em todos os setores, especialmente na Segurança Pública, visando reduzir a violência, principalmente nos grandes centros. Na saúde há um acompanhamento de Volnei Morastoni para se evitar, por exemplo, uma epidemia de dengue e “também fazer frente e resistir aos projetos governamentais de desmanchar o patrimônio público do Estado, com privatizações”. Afrânio destaca que essa oposição não será realizada apenas pelos cinco parlamentares, mas através de organizações de movimentos sociais, com a participação de partidos, sindicatos e a sociedade civil.

Comissão da BR-282 vai a Brasília

A Comissão Parlamentar Externa da BR-282 reuniu-se nessa quarta-feira (20) para decidir quais providências serão tomadas em relação à rodovia. Na última semana foi publicado no Diário Oficial da União o ato de transferência da BR-282 para a esfera federal. Com essa decisão o andamento das obras de complementação de terraplenagem, drenagem e pavimentação do trecho Campos Novos – Lages, que está paralisado desde o final de 2001 passa a ser de

responsabilidade do governo federal.

Segundo o deputado Romildo Titon (PMDB), presidente da CPE, a primeira ação é marcar uma audiência com o Ministro dos Transportes, Alderico Lima. Além de ir a Brasília, os parlamentares vão se reunir com o secretário dos Transportes para saber em que situação estão as obras. “A comissão não vai abandonar a rodovia. O governador pode ter lavado as mãos, mas nós tomaremos providências”, afirmou Titon.

Agenda

Dia 25, às 10 horas – Os deputados da região Sul participam de reunião com representantes de vários segmentos sociais buscando medidas para o início das obras de duplicação do trecho sul da BR-101

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Tubarão

Dia 25, às 15 horas – Reunião da CPI dos Contratos para apresentação do roteiro de trabalho

Local: Sala das Comissões

Dia 26, às 9 horas – Reunião da Mesa com líderes de bancadas para definição das Comissões Permanentes

Local: Sala de reuniões da presidência

Dia 26, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – Urubici

Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 27, às 9h30min. – Audiência pública da Comissão de Saúde para tratar da epidemia de dengue

Local: Sala das Comissões

Dia 27, às 10h30min. – Instalação da CPI criada para investigar roubo de cargas

Local: Sala das Comissões

Dia 27, às 20 horas – Lançamento do livro *Uma Biografia com um pouco de História do Carvão Catarinense*, de autoria de Sebastião Netto Campos

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Combate à tortura

Formado por entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público de Santa Catarina, a UFSC, a Polícia Civil e a Polícia Militar, o Comitê Catarinense de Combate à Tortura promoveu uma reunião nessa terça-feira (19), para que seus membros tomassem conhecimento das denúncias de torturas e maus tratos que chegam de diversas regiões do Estado.

O grupo tem a missão de analisar os telefonemas do Disque Denúncia - SOS Tortura (08007075551) e enviá-los ao Ministério Público e aos órgãos governamentais onde ocorreram os fatos denunciados.

O Comitê foi criado na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS).